



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOÃO PEDRO SANTOS DE ANDRADE

**GESTÃO PELÓPIDAS:
MODERNIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE NO RECIFE
(1955-1959)**

Recife
2021

JOÃO PEDRO SANTOS DE ANDRADE

GESTÃO PELÓPIDAS:

MODERNIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE NO RECIFE
(1955-1959)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos

Recife
2021

JOÃO PEDRO SANTOS DE ANDRADE

**Gestão Pelópidas: modernização, democratização e Direito à Cidade no
Recife (1955-1959)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Recife, 15 de julho de 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos
Orientador

Prof^ª. Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Examinador Interno

Prof^ª.Dra. Maria Rita Ivo de Melo Machado
Examinador Interno

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar a gestão do prefeito Pelópidas Silveira na cidade do Recife durante sua segunda gestão (1955-1959). Busca-se compreender, a partir dos meios oficiais, jornais e falas do prefeito, além da historiografia sobre o período, em diálogo direto com as discussões mais recentes sobre desenvolvimento e planejamento urbano, de que forma as ações do prefeito contribuíram para o desenvolvimento político e social da cidade do Recife. Neste sentido, busca-se também identificar quais foram os entraves e aberturas para uma real modernização na cidade, compreendendo-a do ponto de vista do desenvolvimento do direito à cidade: a criação e aprimoramento da participação política nas decisões sobre a cidade e o direito à vida urbana.

Palavras-chave: Pelópidas Silveira; Desenvolvimento; modernização; planejamento urbano; direito à cidade.

INTRODUÇÃO

“Capital que aglutina, na força de sua situação geográfica, as forças vivas do pensamento, das angústias e até mesmo das revoltas do nordeste inteiro, Recife é tida a muito como o coração do movimento esquerdista. É ali que vão derramar-se todas as insatisfações da área mais pobre e mais curtida do país. É ali que se encontra o melhor caldo de cultura para a germinação e proliferação das ideias malsãs e das ideologias exóticas pregadas pelos inimigos da pátria e do regime. Por isso mesmo os acontecimentos políticos em Recife ganham sempre uma significação especial e guardam invariavelmente implicações com o desenvolvimento da vida nacional, quando não servem de teste para a verificação de seus rumos.”¹

O Recife, conforme visto na reportagem acima, poderia ser considerado, como o “coração da esquerda no Brasil”, ou pelo menos um indicador preciso acerca da efervescência política que atravessava o país na metade do século XX, cuja culminância foi o golpe de 31 de março 1964. É possível, certamente, questionarmos o caráter ideológico da reportagem em questão, circunscrita no típico anticomunismo reacionário da época. Contudo, a despeito da polarização existente, é também possível observar na cidade do Recife das décadas de 1950 e 60 um cenário, acima de tudo, *político*: a cidade abrigava as inquietações e insatisfações de populações cada vez mais mobilizadas, dos centros aos subúrbios, seja no aspecto político-institucional, ou da política concebida no cotidiano da pólis.

Considerada, à época, capital regional do Nordeste, atraiu o interesse do Capital internacional e nacional. Era detentora de um dos principais portos do Brasil. Na década de 1950, o Recife tinha mais de meio milhão de habitantes (REZENDE, 2005). Na região central da cidade estavam localizadas as instituições políticas e administrativas, bem como a parte mais substancial da vida comercial e urbana de Pernambuco. Porém, no restante da cidade, havia a vida suburbana dos morros e das planícies, que se mesclava com as vilas populares e os mocambos, em um espaço segmentado e desde já fragmentado (SANTOS, 2019). Os lugares dos mais pobres, como se sabe, eram geralmente os piores, sem a garantia do acesso efetivo à cidade e sem possibilidade de participação política.

A despeito das transformações, tanto no Recife, quanto no Nordeste, os problemas socioeconômicos continuavam: secas, o atraso do desenvolvimento da indústria, problemas de

¹ JORNAL DO COMMERCIO, 25/08/1963, p.2.

concentração latifundiária e o crescimento do número de desempregados nas cidades, devido às grandes massas de pessoas que vinham do campo em busca de melhores condições de vida. Formava-se, assim, o cenário para os avanços das lutas políticas das décadas de 1950-60, que tiveram no espaço da cidade o palco principal de batalha, locus de diferentes e intensas lutas políticas.

É neste breve quadro que se insere a administração de Pelópidas Silveira. Este político foi eleito de forma democrática na primeira eleição direta para prefeito em 1955, logo após a redemocratização, com mais de 66,87% dos votos, pelo Partido Socialista Brasileiro. A Campanha de Pelópidas, segundo Rezende

[...] Contou com a participação de sindicatos, associações de bairro, numa aliança política com presença significativa das forças de esquerda e com compromissos de buscar soluções para as questões sociais que afetavam a maior parte da população da cidade (REZENDE, 2005, p.130).

A gestão de Pelópidas, de 1955 a 1959 foi marcadamente democrática, e nos fornece um modelo de gestão municipal ao mesmo tempo paradigmática. Segundo Pontual (2001), com o pós-guerra, juntamente com redemocratização, as questões urbanísticas passaram a ter um caráter mais popular. Neste sentido, “cresceu a necessidade de negociação e articulação política, bem como o reconhecimento de novos atores com direito a discutir o futuro da cidade.” (PONTUAL, 2001, p.12). Ainda segundo a autora, na gestão de Pelópidas é que se faz...

[...] a integração entre governantes, população e detentores do saber, ele mesmo um desses profissionais. Usa canais informais de audiências públicas. Negocia os interesses em jogo de maneira aberta e eficaz. Dá maior primazia às obras de subúrbio para reafirmar o caráter popular do seu governo. (PONTUAL, 2001, p.13).

Assim sendo, esta pesquisa pretende contribuir com o debate sobre a *modernização política e sua manifestação no contexto urbano*, procurando responder: *como a Gestão do Prefeito Pelópidas Silveira (1955-1959) está inserida (ou não) no âmbito da modernização e desenvolvimento nacional? E de qual modernização estamos falando?* A reflexão aqui exposta busca transcender o conceito de modernização (e atrelado a este, o conceito de desenvolvimento) limitado à nível do debate técnico urbanístico, mas compreendê-lo em relação com o momento político, social e econômico do Brasil, país que se situa na periferia do capitalismo, campo de batalha dos interesses do capital internacional.

Como referencial teórico, esta pesquisa baseia-se na discussão sobre a modernidade e os processos de modernização, pensados a partir da teoria crítica, aplicada ao contexto urbano (BERMAN, 1986; ROUANET, 1987;), além de parâmetros para a avaliação de saúde de uma

democracia e teóricos que discutem sobre regimes democráticos (IANNI, 1991; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Com relação aos espaços urbanos, utilizaremos o conceito de Direito à Cidade, introduzido por Henri Lefebvre (2001).

No aspecto metodológico, além da discussão historiográfica sobre as produções acerca da temática e da reflexão teórica, a análise e discussão documental aqui desenvolvida baseia-se no Diário de Pernambuco e no Diário Oficial da União, além de relatos do próprio Pelópidas Silveira encontrados em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, em 1978. Naturalmente, esta pesquisa não objetiva discutir toda a questão do desenvolvimento e da modernização do país, mas observar a experiência do governo Pelópidas à luz desses imperativos históricos, uma vez que seu governo fez parte de uma conjuntura específica da história brasileira, à qual viera se repetir (como farsa ou tragédia, julgue o leitor) pós-1985.

Inicialmente, abordaremos o contexto político-ideológico mais amplo no qual estava inserido o Recife da década de 50, mostrando os antecedentes da eleição do Prefeito Pelópidas Silveira. Posteriormente, caracterizaremos a gestão Pelópidas, enfatizando o que motivou suas ações e quais foram os pressupostos teórico e propósitos políticos subjacentes a toda a sua gestão. Por fim, buscaremos compreender as ações do prefeito sob o prisma do Direito à Cidade, entendendo-o como direito à vida na cidade (LEFEBVRE, 2001).

MODERNIZAÇÃO, DEMOCRACIA E CRISE: CONTEXTO E ANTECEDENTES DA GESTÃO PELÓPIDAS

No pós-guerra, uma forte economia capitalista mundial se desenvolveu em torno dos interesses norte-americanos, mesmo no contexto de polaridade mundial. Do ponto de vista do sistema, segundo Hobsbawn (1995), o capitalismo foi reformulado de tal forma que ficou irreconhecível: sua reestruturação produtiva e internacionalização econômica produziu um tipo de economia que combinava uma forte atuação do Estado no planejamento e desenvolvimento das economias, buscando combinar uma taxa de crescimento alta com o desenvolvimento social, sobretudo no quesito do “pleno emprego” e dos investimentos sociais. Tratou-se, portanto, de um casamento entre o liberalismo e a democracia social (HOBSBAWN, 1995). Um retorno ao capitalismo do tipo *laissez-faire* era impensável no momento, pois...

[...] alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e

precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como socialista. [...] O futuro estava na economia mista. (HOBSBAWN, 1995, p.214)

No Brasil, com o fim da Segunda Guerra Mundial e da Era Vargas (e do assim chamado “Estado Novo”), passamos por um processo de redemocratização complexo, marcado por uma série de instabilidades e tentativas de golpe, com a participação dos militares na política e o desenvolvimento de uma guinada anticomunista, antecipando as condições que levaria ao golpe de 1964, e ao fim do que podemos chamar de democracia populista (1945-1964).

A nova configuração partidária agregava partidos que representavam os principais setores da sociedade brasileira, os quais, segundo Benevides (1976), eram todos herdeiros do populismo varguista, de caráter social-democrático, alinhado com os interesses urbano-industriais (PTB), do anticomunismo e antigetulismo (UDN) e herdeiro das elites agrárias (PSD), que as vezes davam as mãos, noutras brigavam entre si, a depender da realidade local.

O ponto ótimo da estabilidade política (BENEVIDES, 1976) se deu durante a aliança PTB-PSD, presente em três governos presidenciais, de Juscelino a João Goulart (1956-1964). A gestão estável de JK “foi fruto de uma conjuntura favorável, na qual as forças armadas (notadamente o Exército), e o congresso (aliança majoritária PSD-PTB) atuaram de maneira convergente [...] cujo núcleo era o programa de metas”. (BENEVIDES, 1976, p.28). Esse mesmo plano de metas, nas palavras de Lilia Moritz Schwarcz (2015), foi o mais ambicioso plano de modernização do país, que uniu várias classes sociais em torno de um objetivo comum e aprofundou a industrialização nacional, avançando os níveis de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2003).

Do ponto de vista político-ideológico, o governo Kubitschek tinha um projeto de nação que buscava integrar a população no quadro mais amplo do desenvolvimento segundo os moldes do capitalismo mundial. Contudo, o “desenvolvimentismo”, ideologia dominante na década de 1950, nas palavras de Miriam Limoeiro Cardoso (2013), tem como valor central o de...

Colocar “o desenvolvimento” como valor primeiro e meta principal para os países que constituíam a parte pobre do mundo. [...] a consequência imediatamente política de “o desenvolvimento” tornar-se ideologia dominante é restringir a crítica e a reflexão aos qualificativos do desenvolvimento: desenvolvimento autônomo, desenvolvimento nacional, desenvolvimento de comunidade, desenvolvimento sustentável. [...] sob a ideologia do desenvolvimento, em lugar de centrar a discussão na natureza das relações sociais que constituem a sociedade, a reflexão é deslocada para o que possa impelir “o desenvolvimento” e para o que possa dificultar ou impedir o desenvolvimento. (BECHER; FREIRE, 2013, p.210)

Essa questão tem uma importância capital para a compreensão dos nossos problemas: o desenvolvimento pensado nos termos da Guerra Fria, sob o manto da doutrina de segurança nacional e do anticomunismo, tendia a solapar as tentativas democráticas de reflexão e crítica quanto a que tipo de desenvolvimento se referia. Segundo Cardoso (2013), o conceito de “desenvolvimento” é sempre pensado no nível de sistema e não se admite pretensões de autonomia. Sob esses termos, tem-se uma visão político-ideológica do “desenvolvimento”, que vê a subversão como fruto da pobreza e entrave a sua realização (CARDOSO, 1978), o que fragiliza a democracia. E cabe destacar que...

As duas regras informais decisivas para o funcionamento de uma democracia seriam a *tolerância mútua* e a *reserva institucional*. Tolerância mútua é reconhecer que os rivais, caso joguem pelas regras institucionais, têm o mesmo direito de existir, competir pelo poder e governar. A reserva institucional significa evitar as ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito. Portanto, para além do texto da Constituição, uma democracia necessitaria de líderes que conheçam e respeitem as regras informais (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 10).

É importante notar que o governo JK, apesar da aparente estabilidade, está inserido numa conjuntura (de 1930 à 1964) marcada por crises e instabilidades diversas à nível político. Kubistchek foi o único presidente no período da democracia populista a se manter no poder até o fim do mandato pelas vias constitucionais (BENEVIDES, 1976). As várias crises dentro do contexto institucional (as várias tentativas de golpe e o contragolpe do General Lott em novembro de 1955, bem como as tentativas de oposição à candidatura Juscelino/Jango por parte da UDN e de setores do Exército), provam que, em vez de tranquilo, o período foi permeado de crises e perturbações.

Como esse quadro de desconfiança e crises constantes se desenrolou no contexto mais local? Do ponto de vista da história do Recife propriamente dita, houve vários fatores apontando para uma realidade ambígua e frágil quanto à valores democráticos. Um deles foi a relação entre o Estado, as classes sociais hegemônicas (formadas por uma elite agrária, grandes proprietários urbanos e comerciantes que ocupavam majoritariamente espaços na política, na imprensa e nos negócios urbanos) e as classes menos favorecidas. Conforme salienta Bernardes (1996), mesmo tendencialmente conservadoras, essas classes hegemônicas, em vários momentos, engajaram-se em projetos políticos “progressistas”, alinhando-se ao nacional-desenvolvimentismo no plano nacional, e atuando localmente no comércio de imóveis, financiando a indústria e os meios de comunicação.

Mas durante o Estado Novo, conforme salienta Pontual (2010), predominou os interesses conservadores dessas elites, muitos dos quais se materializaram de forma evidente

sob a gestão Novaes Filho, que alinhado com a visão modernizadora de Agamenon Magalhães (ele mesmo um membro da elite agrária), privilegiaram um modelo de gestão da cidade voltado para o embelezamento do centro, em favor da higienização autoritária da cidade e da erradicação dos “mocambos”², sempre em conformidade com o saber urbanístico da época.

Na década de 1950, a cidade do Recife cresceu em largas proporções, ganhando os contornos e as configurações semelhantes as atuais. Esta cidade havia recebido um amplo contingente populacional vindo do campo, tendo sua população chegado aos mais de meio milhão de habitantes, o que justificou a ampliação de seu território, de 180 para 209km² (REZENDE, 2005, p.123). O surto de crescimento foi deslocado para os subúrbios, com uma expansão dos bairros de Casa Amarela e Boa Viagem, em contraste com a diminuição do centro do Recife que, como apontado por Rezende (2005), deixou definitivamente de ser uma área residencial para se tornar completamente voltada ao comércio e aos serviços urbanos.

A GESTÃO PELÓPIDAS

Do ponto de vista urbanístico, diferente da gestão Novaes Filho, a de Pelópidas Silveira direcionou suas ações para o subúrbio, em grande parte a partir de bases fundamentalmente populares e democráticas. Sua eleição, em 1955, se deu no contexto de autonomia política da cidade do Recife, quando da primeira eleição para prefeito e governador desde a redemocratização, em 1945. Conforme nos mostra Rezende (2005, p. 131):

Pelópidas não fugiu das diretrizes modernizadoras, mas se mostrou diferente dos governos municipais anteriores, [...] buscando dialogar e incentivar a prática da cidadania, uma clara tentativa de sair do populismo, para concretizar uma prática política democrática e popular. [...] Tudo isso revelava uma forte atuação do poder público na vida da cidade; ao mesmo tempo ampliava-se a participação popular, com o crescimento das associações de bairro e de moradores. *Havia condições políticas para que se democratizassem as relações de poder, para que se pensasse a modernização junto com a modernização política.*

Pontual analisou a gestão do prefeito Pelópidas, buscando entender suas ações, maior parte das quais marcadas, sobretudo, pela “firmeza, independência e pluralidade política na condução dos negócios municipais” (PONTUAL, 2001, p.122). Portanto, além de relacionar outras fontes, nos deteremos em sua análise.

² Mocambos seriam casas construídas precariamente, não designando apenas as casas de sapé, mas até as casas de alvenaria, mas sem dispor dos serviços básicos de saneamento, como água e esgoto. À época, mais da metade da população morava nesse tipo de habitação precária (PELÓPIDAS, 1978).

Segundo esta autora (2001), tal gestão foi marcada por coesão administrativa e profissional dos membros da sua equipe, alinhando competência profissional e legitimidade política, da qual se pode falar numa “modernização na gestão da vida da população, em especial daquela mais espoliada” (Ibidem, p.173). Suas ações podem ser sumarizadas do ponto de vista do que a autora chama de “táticas governamentais”. Dentre elas, destacam-se aquelas que são

“Diretamente promotoras de transformação na composição de lugares, como o código tributário, plano de expansão, plano viário, a regulação urbanística, as obras públicas, a habitação popular, o transporte coletivo de passageiros, e as promotoras das interações governantes-governados (as audiências públicas) e urbanistas-governantes (a Comissão de Estudos e Planejamento do Recife). (PONTUAL, 2001, p.148-149)

Além da primazia pela participação popular, Pelópidas realizou “uma campanha principalmente administrativa, de soluções de problemas populares” (PELÓPIDAS, 2005, p. 9). Com administrativa, leia-se, referimo-nos a uma campanha que primava por uma gestão técnica, que dialogava com os detentores do saber técnico-científico da época, o que lhe conferiu muita credibilidade, apesar das constantes críticas. Daremos destaque à duas comissões/conselhos: A Comissão de Estudos e Planejamento do Recife (CEPRE) e o Conselho Consultivo de Finanças (CCF), referentes ao planejamento urbano e a questão financeira municipal.

Sob influência de Antônio Bezerra Baltar, a CEPRE foi uma comissão criada para “estudar não só os problemas de crescimento da cidade, no sentido do urbanismo, [...] como também os problemas da população [...] de abastecimento, condições de trabalho e demais aspectos sociais e econômicos.” (DIÁRIO OFICIAL, 1956, p. 2170). Porém, seu funcionamento efetivo só se deu dois meses antes do final do seu governo, por solicitação do seu sucessor, Miguel Arraes³.

No 4º artigo do decreto Nº 1408, de maio de 1956, para composição da comissão, estava prevista a presença de pelo menos um representante de alguns órgãos de comerciantes, industriais, além de representantes da imprensa e da diretoria do patrimônio histórico e artístico nacional, escola de belas artes, bem como de pessoas “com grande conhecimento dos problemas da cidade” (DIÁRIO, 1956, p. 2171). Em outras palavras, pessoas das mais diferentes áreas técnicas poderiam opinar sobre os rumos do desenvolvimento da cidade.

³ Vale salientar que a CEPRE fora criada pelo decreto nº 2198, de 19 de maio de 1953, sob a gestão do prefeito José do Rego Maciel, que definia a estrutural organizacional da prefeitura; contudo, não foi instalada essa estrutura pelas gestões anteriores. Pelópidas, nesse sentido, não foi inovador: apenas pôs em prática uma estrutura administrativa já existente, e ainda assim, por solicitação do seu sucessor (PONTUAL, 2001, p. 206).

Já o Conselho Consultivo de Finanças (CCF), teria como atribuições opinar sobre opções de financiamento, tributação, isenção de impostos, sobre a proposta orçamentária e outros assuntos relativos às despesas e receitas da municipalidade. Dentre os membros, estavam banqueiros, comerciantes, industriais, o diretor de finanças da prefeitura (Mario Sarmiento Pereira Lyra), o Corretor de imóveis Waldemar Alberto Borges Rodrigues e o então deputado Miguel Arraes⁴. Tais escolhas provam que Pelópidas interagiu não apenas com as classes subalternas, mas com alguns dos principais representantes das elites. Isso também demonstra a concepção de democracia encetada por sua prática administrativa, na qual “o projeto político não é de um indivíduo, mas de muitos indivíduos e grupos plurais, e que o conflito e o embate político condicionam a conduta dos governantes” (PONTUAL, 2001, p.141).

Na gestão Pelópidas Silveira, encontramos uma preocupação com o desenvolvimento da cidade em sua expansão territorial. Os pressupostos básicos estavam fundamentados nas concepções de Louis-Joseph Lebreton e de Antônio Bezerra Baltar, sob a bandeira do Movimento Economia e Humanismo⁵ (1941), onde o território subordinar-se-ia aos aspectos econômicos, visando um desenvolvimento harmônico e o bem-comum, o que resultaria da integração entre justiça social e racionalização (PONTUAL, 2001).

O aspecto significativo das reflexões sobre a expansão territorial da cidade estava nas concepções de “região metropolitana” e “cidade regional” trazidas por Baltar. A região sobrepunha-se à cidade, e as cidades próximas à metrópole agregariam em si setores da economia, da indústria aos setores primários e terciários. A distribuição espacial da população excedente seria feita de forma controlada e gradual, que possibilitariam “a redistribuição descentralizada da população metropolitana pelo conjunto do seu território e garantiriam áreas para a expansão urbana” (PONTUAL, 2001, p.161).

Durante sua gestão, Pelópidas tentou estabelecer um convênio com as cidades de Olinda, Paulista, São Lourenço e Jaboatão, cidades que seriam participantes da Região Metropolitana do Recife (antes, portanto, da sua institucionalização, que data da década de

⁴ DIÁRIO OFICIAL, 09/02/1956, p.676

⁵ O movimento Economia e Humanismo nasceu em 1941, com o Padre Louis-Joseph Lebreton, um Padre Dominicano que, com bases em estudos sobre a realidade dos pescadores em Saint Malo, na França, buscava compreender o contexto social e econômico de bairros e cidades pobres de várias localidades a partir da necessidade dos trabalhadores e não do lucro capitalista, buscando acima de tudo um desenvolvimento harmônico da sociedade, congregando o entendimento marxista das realidades econômicas e sociais com a doutrina social cristã. Sua influência percebe-se na figura de Antônio Bezerra Baltar, engenheiro e urbanista de formação, e também vereador em 1955 durante a gestão Pelópidas, quando Baltar foi assessor de Lebreton durante seus estudos no Recife em 1954. Baltar incorporou os métodos de pesquisa do Movimento Economia e Humanismo em suas principais contribuições para o estudo da cidade do Recife, como por exemplo em suas "Diretrizes de um plano regional para o Recife", uma tese de 1951, apresentada para o concurso da cadeira de Urbanismo e Arquitetura Paisagística na Escola de Belas Artes da Cidade do Recife.

1970), para traçar um plano comum de desenvolvimento. Contudo, não foi possível realizar esse convênio, “em virtude dos *obstáculos políticos* e da diminuta disseminação da noção de região metropolitana, de planejamento e de plano diretor entre os governantes” (PONTUAL, 2001, p.164). Não se sabe ao certo se tais obstáculos correspondiam a problemas de concepção ou simplesmente rejeição deliberada por algo que poderia ganhar contornos notadamente progressistas.

De qualquer forma, para o núcleo da cidade do Recife e seu entorno, estavam previstas algumas ações de unificação das leis referentes à urbanização (código de obras) e expansão habitacional. De acordo com mensagem à Câmara Municipal, em 13 de março de 1956, seriam feitas as seguintes intervenções quanto à habitação:

- 1) Aquisição de grandes áreas de terrenos em subúrbios para loteamento e venda à longo prazo para moradores de mucambos; localizados no Ibura, seriam divididos em mais de 10 mil lotes.
- 2) Nessas áreas, seriam realizados serviços públicos essenciais de iluminação, transporte, meio-fio, água e abertura de ruas.
- 3) Para isso, seria realizado um censo dos mocambos das áreas urbanas, e dando-se preferência às famílias mais necessitadas e que estão em zonas que estão sendo urbanizadas. (DIÁRIO OFICIAL, 1956, p. 1197)

Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas⁶, o prefeito demonstrou como havia procedido em certa ocasião para lidar com o caso da migração em massa vinda do interior. Tratava-se de contingente populacional que migrava em busca de melhores condições de vida. A prefeitura tinha de lidar com a construção desordenada de mocambos próximos dos alagados e áreas ribeirinhas:

Em 1957 ou 58, fiz a compra, visando ao problema da habitação popular, de 520 hectares de terra naqueles altos, perto do antigo aeroporto, no Ibura. E fizemos, então, sob a orientação direta do professor Antônio Baltar, um projeto de urbanização, onde seriam construídos 9 mil lotes, lotes grandes de 12 x 30. Esses 9 mil lotes iam dar para fixar umas 50 mil pessoas. (PELÓPIDAS, 2005, p.13)

Tal procedimento diferia daqueles realizados pelas gestões anteriores, pois pensava do ponto de vista do acesso à terra urbana, não apenas da construção da casa. Em outras palavras, havia a necessidade de fazer valer a função social da propriedade. Mas a ampliação do acesso às moradias não significa atenuação das desigualdades, tampouco melhoria da vida na cidade.

⁶ Esta entrevista foi concedida em 1978 à Fundação Getúlio Vargas, no contexto da pesquisa “Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras”, e faz parte do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, vigente desde 1975.

Além da ampliação da pobreza urbana, o processo de fragmentação social do espaço, devido às formas de valorização e consumo continuaram desiguais (SANTOS, 2019).

Some-se a isso às ocupações ilegais que não tiveram o devido trato da prefeitura (ou do Estado de Pernambuco), como a ocupação feita no Pina, em Brasília teimosa (à época, terreno pertencente à administração do Porto do Recife), durante a gestão Pelópidas: " a Administração do Porto solicitou à Prefeitura que impedisse as construções. Respondi dizendo que a única coisa que a Prefeitura podia fazer era não dar licença para as construções. Mas impedir, cabia então ao governo do Estado." (PELÓPIDAS, 1978, p. 14). O cenário não mudou muito, quanto à ocupação ilegal, onde a grande parte da população atualmente reside em favelas.

Por fim, vale destacar a importância da forma como o plano viário e as regulamentações urbanísticas foram pensados. Sempre se privilegiou o saber técnico-científico, com o levantamento aerofotogramétrico, visando a atualização da planta da cidade, para melhor planejar seu crescimento urbano. Foi o Engenheiro Edgar Amorim o idealizador do Plano Viário, que previa a pavimentação e abertura de avenidas, reorganizando o fluxo dos veículos, sobretudo dos transportes coletivos de passageiros. Tal plano previa 5 radiais e 4 perimetrais, estabelecendo ligações viárias internas ao núcleo central da cidade e entre os Bairros (PONTUAL, 2001, p.164).

Conforme Pontual (2001), Pelópidas, juntamente com Baltar e Edgar Amorim, conseguiram unir a racionalidade técnica e a preocupação com o desenvolvimento humano, fazendo o crescimento econômico se converter em melhoria da vida do homem. “[...] A ordenação do espaço regional [...], referenciava-se nas noções de bem-comum” (PONTUAL, 2001, p.166). Mesmo não havendo um plano diretor (concluído apenas em 1962, na gestão Miguel Arraes), encontramos norteadores teóricos e uma idealização que permeavam os atos do prefeito quanto às concepções do planejamento urbano progressista e moderno.

Quanto às obras viárias, além dos vários conflitos com a Câmara dos Vereadores e com a desconfiança geral de alguns para com o prefeito “comunista”, interesses privados de proprietários de imóveis sempre foram vistos como entraves ao progresso urbanístico da cidade. O processo de alargamento e pavimentação da Avenida Conde da Boa Vista, por exemplo, teve 51% do seu orçamento gasto com apenas cinquenta e sete desapropriações realizadas (Ibidem, p.183), maior parte das quais pertencentes a esses proprietários.

Cabe aqui destacar também as principais implicações de algumas obras importantes de sua gestão, como a pavimentação da Av. Norte. Além de interligar vários bairros da cidade (Santo Amaro, Encruzilhada e Casa Amarela), com a Av. Norte passou-se a dispor de uma via de escoamento do tráfego do bairro portuário, contribuindo para o descongestionamento do

centro da cidade. Com a abertura da Av. Canal (o trecho entre o Parque Amorim, a Avenida João de Barros, e a Avenida Norte, próximo ao Colégio Americano Batista), criou-se uma melhor articulação do centro com o subúrbio, saneando áreas ocupadas predominantemente por mocambos. E via entre Casa Amarela e Beberibe facilitou a ligação interbairros e o acesso aos morros e córregos. Em entrevista ao CPDOC, o prefeito destacou essa necessidade de preservar o acesso aos morros sem ter que intervir diretamente:

Uma vez levei aos morros um urbanista americano que esteve aqui. Expus a ele o meu ponto de vista de que não se devia fazer urbanização nos morros. Simplesmente fazer os acessos, e criar então praças, ambientes de recreação, e deixar os morros atingíveis, acessíveis somente através dos becos, daquelas ruazinhas, para pedestres. Ele concordou inteiramente comigo (PELÓPIDAS, 2005, p. 17).

Não podemos perder de vista que, apesar das críticas feitas à participação popular dentro de um regime populista, temos um processo complexo e delicado em mãos. O Prefeito Pelópidas começou a realizar audiências públicas para tratar dos principais assuntos da cidade. Com o objetivo de consultar a população quanto aos problemas urbanos, Pelópidas começou as audiências, inicialmente, no Teatro Santa Isabel, desde o início do mandato e, posteriormente, nos bairros do Recife, a partir de 1957, por achar que a interação com a população e seus problemas na prática, no local, era algo precioso (PELÓPIDAS, 2005).

As audiências e associações de bairros foram instrumentos importantíssimos para o incentivo ao exercício da democracia na prática, na conquista efetiva do Direito à Cidade como participação política. Porém, já é bem conhecido que a administração de Pelópidas não foi fácil devido à um grupo de vereadores que constantemente opunha-se a este de forma hostil, buscando desautorizar suas ações sob o rótulo de “comunismo”, em razão da sua prática política de articulação com as associações de bairro, tidas como “redutos de infiltração comunista”. Pelópidas comentou o caso:

“E essas associações de bairro foram combatidas sob o argumento de que havia ‘infiltração’ – sempre a acusação de que havia ‘infiltração comunista’ nas associações. É a tal coisa, eu não tinha nenhuma atribuição policial, e eu não haveria nunca de discriminar ninguém por posição ideológica. É lógico que, eventualmente, num ou noutro bairro, determinado grupo político tomava conta da associação, é uma questão de capacidade de liderança” (PELÓPIDAS, 1978, p.12).

Apesar disso, na mensagem à Câmara dos Vereadores, o prefeito falou sobre a necessidade de se criar em diferentes bairros associações apartidárias que traduzam os interesses dos diferentes núcleos de população (DIÁRIO OFICIAL, 1956, p.1200). A porta para o diálogo estava sendo aberta, tanto individualmente, quanto de forma coletiva, pois era mister

superar “o divórcio existente entre as administrações e as vastas camadas populares, deixando as primeiras sem uma visão de conjunto de nossa realidade e as segundas relegadas ao mais cruel desamparo” (Ibidem, p.1200).

Cabe destacarmos que não era algo tipicamente relegado aos bairros do subúrbio. Em Boa Viagem, por exemplo, havia a associação “Sociedade dos Amigos de Boa Viagem”, que havia logrado por força de sua mobilização social, a pavimentação de...

[...] todas as ruas transversais à avenida Boa Viagem, em regime de cooperação. Quer dizer, era uma gente de melhor padrão econômico, que podia contribuir, não se cobra ainda contribuição de melhoria no país todo, mas, a sociedade dos amigos do bairro, em articulação com o governo municipal, promoveu essa indenização. Cada um pagou. Então, a Prefeitura pavimentou todas as ruas transversais à avenida Boa Viagem. (PELÓPIDAS, 2005, p.19)

Em reportagem do Diário de Pernambuco, percebe-se que a maioria das associações de bairro foram criadas durante a Campanha eleitoral do prefeito Pelópidas. O tom da reportagem deixa claro o posicionamento do Jornal quanto à essas associações, que contribuem abertamente “para a comunização (sic) do Recife, [...] verdadeiras células atuando abertamente em favor do movimento comunista” (DIÁRIO, 1956, p.16). A narrativa do jornal favorece uma visão negativa dessas associações, mas já era claro que seria necessário um “estatuto elaborado pelo governo municipal para uniformizar, normalizar, e disciplinar a operacionalização das mesmas” (PONTUAL, 2001, p.203), ideia que não se concretizou. Mas existia, por parte do prefeito, um esforço para buscar nessas reuniões apenas os problemas de ordem pública, e conscientizar as pessoas sobre os problemas que interessavam *à população*.

Ainda segundo esta reportagem, podemos ver não só a quantidade, mas outras organizações que surgiram em paralelo às associações propriamente ditas: em Casa amarela, 11 associações de bairro e 2 núcleos de associações de mulheres; em Beberibe, 9 associações, 1 núcleo de assistência às mulheres e um clube de futebol, além de várias associações e entidades de amparo à mulher; em Tejipió, Cordeiro, Centro e no Pina, foram criadas associações para “enfrentar as futuras lutas pelas liberdades democráticas, pela paz, pela emancipação, pelas reivindicações políticas e sociais do povo da capital” (Ibidem, p.16). O surgimento de outras instituições representativas parecia mostrar um tempo de afirmação das liberdades democráticas (PONTUAL, 2001). Sabe-se, contudo, que isso não é suficiente para o estabelecimento do real Direito à Cidade.

Podemos concluir que, do ponto de vista da gestão política, temos características importantes sobre o *modus operandi* urbanístico do Prefeito: É perceptível um esforço de estabelecer ligações entre os bairros do subúrbio, além de que as principais obras visavam

atender as necessidades dos bairros periféricos; por meio de regimes de cooperação entre a prefeitura e a população, deu-se à esta última a corresponsabilidade na condução dos negócios da vida urbana, por meio das associações de Bairro, o que dava um novo sentido às obras públicas; o bem comum da população e sua educação na participação cidadã, privilegiando a participação popular.

Porém, vale lembrar que estamos falando de uma população que estava passando por aquilo que Otávio Ianni chamou de “revolução das expectativas”, quando ocorre “nas massas urbanas de formação recente a elevação dos seus níveis de aspiração social e econômica [...] e muitas vezes se aprofunda o abismo entre as aspirações e as satisfações, em especial na esfera ocupacional”. (IANNI, 1991, p.30). Isso fica claro no relato a seguir, em entrevista do Prefeito ao CPDOC:

[...] os assuntos eram assuntos pessoais, principalmente *emprego*. Todo mundo esperava quando eu fui eleito, com 2/3 do eleitorado, que eu ia resolver até esses problemas. *Era o problema de emprego, era o problema da construção de mocambos...* Ao mesmo tempo que a Prefeitura tinha que disciplinar o desenvolvimento desordenado de mocambos, principalmente na zona ribeirinha, na margem dos rios, ao mesmo tempo havia um problema humano seríssimo. *Eram populações que vinham do interior, procurando trabalho no Recife, não encontrando trabalho, construíam um mocambo, e ficavam ali vivendo de biscates, pequenos furtos, etc.* Lembro-me bem de que, nessa ocasião, quando fui prefeito, era governador de Pernambuco o general Cordeiro de Farias, durante os meus 3 primeiros anos de prefeito. E o general Cordeiro disse uma vez numa entrevista que, no Recife, 200 mil pessoas acordavam sem saber como iam comer. Quer dizer, um testemunho insuspeito do governador da época. Os problemas pessoais eram gravíssimos, a gente sentia dificuldade... Então, comecei a fazer audiências nos bairros, uma vez por semana, de noite, cada vez num bairro diferente. Avisávamos a associação com antecedência, e pedíamos que a associação fizesse a agenda dos assuntos. Então aí, com as explicações que dávamos às direções das associações, eles evitavam que muitos desses problemas pessoais fossem trazidos. *Mas sempre havia*. Mas já compreendiam mais que *as audiências deviam ser para trazer problema de interesse público*. Esse foi um aspecto que considerei favorável, nesse meu período de administração. (PELÓPIDAS, 2005, P.15, *grifo nosso*).

Temas como ‘moradia’ e ‘emprego’ são sensíveis à população e a maior parte da prática política nos municípios busca explorar esses interesses particulares em detrimento da coisa pública. Articular interesses é algo necessário numa democracia. Agora, articular interesses e *educar a população quanto aos seus verdadeiros interesses* é algo crucial para a formação cidadã, para uma vida emancipada.

É possível afirmar que houve um esforço para educação sobre participação popular, sobretudo na prática. E justamente essa insistência do prefeito acerca da participação é essencial para a construção do Direito à Cidade. Conforme analisa Silva Neto (2019, p. 18), a luta pelo “[...] o direito à cidade deveria adotar uma postura de não-resignação com a exclusão, porque isso representaria, no limite, uma recusa à própria ideia de civilização”. Arriscamos dizer que: deve-se insistir na construção de uma sociedade verdadeiramente progressista, emancipatória, que busca a formação cidadã, lutando e se responsabilizando pelo espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MODERNIDADE, DEMOCRACIA E DIREITO À CIDADE

Mas de que forma a gestão Pelópidas contribuiu para o fortalecimento de uma verdadeira modernização política na cidade do Recife? A gestão Pelópidas, para além de ser uma gestão paradigmática, foi uma gestão problemática, do ponto de vista das querelas políticas e da instabilidade no governo. Do ponto de vista das regras informais do jogo democrático (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) a tolerância mútua e a reserva institucional tiveram pouco espaço na sua administração. Vários embates foram travados entre o Prefeito “comunista/vermelho” com Câmara dos Vereadores (PONTUAL, 2010). É de se esperar, dentro de um regime democrático, que haja certa tolerância e unidade quanto às questões comuns e essenciais da vida da população, que podem relevar diferenças ideológicas. Contudo, no cenário político em questão, fazemos nossas as palavras de Sérgio Paulo Rouanet (1987), ao constatar um certo irracionalismo marcante nas relações políticas no Brasil, desde o nível micro (uma gestão municipal) ao macro (esfera nacional). Tal como no processo de redemocratização, após a ditadura civil-militar...

Quando a democratização desbloqueou a sociedade civil, criaram-se condições objetivas para a retomada de um processo comunicativo livre, mas faltavam, em parte, as condições subjetivas – A vontade de conduzir racionalmente [...] contaminados pelo irracionalismo, os argumentos se dissociaram da análise objetiva da realidade e passaram a fluir de reações emocionais e da repetição irrefletida de antigos protótipos (ROUANET, 1987, p.13)

Mesmo assim, como deveriam funcionar as relações democráticas, e como podem nos dar uma noção positiva sobre a “modernização”? E como isso se relaciona com a “Urbanidade”? Dos vários dilemas e entraves do inacabado projeto da modernidade (HABERMAS apud REZENDE, 1997), está a contradição fundamental entre os vários projetos de modernidade,

divergentes e conflitantes, onde os vencedores, destruidores das tradições, não se desfazem dos seus conservadorismos particulares (REZENDE, 1997). Neste caldeirão, está a cidade: centro da ordem social existente e fronteira criadora de seu crescimento e transformação (REZENDE, p.120) Essas contradições fazem parte do que significa de fato ser moderno: viver uma vida de paradoxo e contradição (BERMAN, 1986).

Se quisermos repensar as relações sociais num contexto democrático moderno, a questão urbana deve ser levada em consideração. Henri Lefebvre (2001) mostra que no conceito de Direito à Cidade está o direito à vida urbana, que se manifesta na vida emancipada e socializada. Direito este intimamente atrelado ao conceito da modernização, se quisermos positivá-lo sob um critério de democracia: A síntese (uma nova sociedade urbana) pertence ao político, este entendido como *as forças sociais que indicam as suas necessidades*, e que abrem horizontes de ação e fazem uma cidade que é obra sua (LEFEBVRE, 2001).

Se quisermos falar em democracia social na ordem urbana, em real Direito à Cidade, o diálogo começa numa reflexão sobre a gerência das necessidades sociais da sociedade urbana, com relações novas entre governantes e governados (Ibidem, p. 126). Neste sentido, não é à toa que Pelópidas Silveira foi chamado de “dignitário dos governados”. Ele não se limitou à noção de desenvolvimento e modernidade de sua época: ele foi utópico em transcendê-las, apesar do acirramento das contradições e dos entraves à modernização política. E acreditamos que a forma como o prefeito conduziu seu governo, como lidou com a oposição, e a impressão que causou no modo de vida da população (principalmente no subúrbio), pode ser um exemplo do que significa um modo de vida (seria possível dizer?) genuinamente moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHER, M.N.; FREIRE, S.M. **Ideologia do desenvolvimento persistente**: entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso. Revista em Pauta, UERJ, Rio de Janeiro, Vol.11, N.31, p.208-214, jan-jul, 2013
- BENEVIDES, M.V.M. **O Governo Kubitschek**: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro, 2ª Ed: Paz e Terra, 1976.
- CARDOSO, M.L. **Ideologia do desenvolvimento - Brasil**: JK-JQ. Rio de Janeiro, 2ª Edição: Paz e Terra, 1978.
- BERNARDES, D. **RECIFE**: O caranguejo e o viaduto. Recife - Ed. Universitária da UFPE, 1996
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro - Civilização Brasileira, 1991, 162.p
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo, 5ª Edição - Ed. Centauro, 2001.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro, 1ª Edição - Editora Zahar, 2018.
- MARSHALL, B. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. Tradução de Carlos Moisés e Ana Maria I. Ioriatti. São Paulo - Companhia das letras, 1986.
- NETO, W.L.B.S. **A construção do conceito de direito à cidade: uma proposta reflexiva**. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO, 18, 2019. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2019. p.1-20
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo, 1ª Edição: Boitempo editorial, 2003
- PONTUAL, Virgínia P. **Uma cidade e Dois Prefeitos**: Narrativas do Recife na década de 1930 a 1950. Recife - Editora Universitária da UFPE, 2001.
- REZENDE, A. **(Des) encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 20. Recife: FUNDARPE, 1997.
- REZENDE, A. **O RECIFE**: Histórias de uma cidade (coleção malungo, Vol.VI). Recife, 2ª Edição - Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.
- ROUANET, S.P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- SANTOS, O.A.A. **Principais características do processo de fragmentação do espaço no Recife**. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO, 18, 2019. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2019. p.1-17
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H.M.; **Brasil: Uma biografia**. São Paulo, 1ª Ed – Companhia das letras, 2015.

Fontes

1. Jornais e fontes oficiais

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1956-1959) .in.: **hemeroteca digital da biblioteca nacional**. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso: Jul, 2019

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (1956-1959). In: Companhia editora de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.cepe.com.br/>>. Acesso: Jul, 2019

JORNAL DO COMMERCIO (1960-1969). In: **hemeroteca digital da biblioteca nacional**. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/71702)>. Acesso: Jul, 2019

2. Entrevistas

SILVEIRA, Pelópidas. **Pelópidas Silveira (depoimento, 1978)**. [entrevista concedida a] Aspásia Alcântara de Camargo e Dulce Chaves Pandolfi. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, 41 p.